

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

## PROVA OBJETIVA

### CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 6.

#### ESTÁ TUDO ACABADO

— *Está tudo acabado.*

A frase foi dita em uma terça-feira banal. Ele foi da fé ao desespero setenta vezes sete num curto período: correu, nadou, jejuou e orou, murmurou ao céu, ouviu a discografia de vários artistas, emagreceu de dieta e de má saúde, ceifou-lhe a vida e também a de várias pessoas, suicidou-se e renasceu, reinventou-se. Quando voltou a si e à razão simples da vida, ela estava no mesmo lugar, convocando-o à luta diária e incessante de não saber o que se quer e, mesmo assim, entender que está tudo bem.

Internet: <folhadabaixada.com.br> (com adaptações).

#### QUESTÃO 1

A leitura do texto e a observação da sua estrutura e de seu conteúdo levam à correta interpretação de que ele pertence ao gênero

- (A) conto ou crônica.
- (B) esquete ou solilóquio.
- (C) acróstico ou auto.
- (D) notícia ou artigo de opinião.
- (E) sátira ou epopeia.

#### QUESTÃO 2

É possível inferir do texto que a fala inicial foi proferida por

- (A) um homem e dirigida a uma mulher.
- (B) um homem e dirigida a si mesmo.
- (C) uma mulher e dirigida a si mesma.
- (D) uma mulher e dirigida a um homem.
- (E) uma mulher e dirigida a um leitor.

#### QUESTÃO 3

No trecho “ceifou-lhe a vida e também a de várias pessoas”, o pronome oblíquo átono “lhe” possui valor

- (A) aditivo.
- (B) condicional.
- (C) causal.
- (D) retificativo.
- (E) possessivo.

#### QUESTÃO 4

No trecho “Ele foi da fé ao desespero setenta vezes sete num curto período”, é possível identificar a figura de linguagem conhecida como

- (A) anástrofe.
- (B) hipérbole.
- (C) anacoluto.
- (D) zeugma.
- (E) hipálage.

#### QUESTÃO 5

Em “Quando voltou a si e à razão simples da vida”, o emprego do acento grave indicativo de crase deve-se

- (A) à regência de advérbio posposto ao “a” craseado e ao fato de que o substantivo “razão” admite artigo definido feminino singular “a”.
- (B) à regência de substantivo anteposto ao “a” craseado e ao fato de que o substantivo “razão” admite artigo definido feminino singular “a”.
- (C) à regência de verbo anteposto ao “a” craseado e ao fato de que o substantivo “razão” admite artigo definido feminino singular “a”.
- (D) ao caso excepcional de emprego do acento grave em que se encaixa o pronome oblíquo tônico “si”.
- (E) ao caso excepcional de emprego do acento grave em que se encaixa o advérbio “simples”.

#### QUESTÃO 6

No trecho “Ele foi da fé ao desespero setenta vezes sete num curto período: correu, nadou, jejuou e orou, murmurou ao céu, ouviu a discografia de vários artistas, emagreceu de dieta e de má saúde, ceifou-lhe a vida e também a de várias pessoas, suicidou-se e renasceu, reinventou-se”, ocorre um

- (A) período simples.
- (B) período composto por coordenação e subordinação.
- (C) período composto por coordenação apenas.
- (D) período composto por subordinação apenas.
- (E) período com duas orações reduzidas de infinitivo.

#### QUESTÃO 7

Entre 10 pessoas, incluindo Abel e Caim, deve-se formar um trio.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número de trios possíveis, com a restrição de que Abel e Caim não estejam juntos.

- (A) 96
- (B) 104
- (C) 112
- (D) 116
- (E) 120

## QUESTÃO 8



Em uma família de ursos, o filhote nasceu com 420 g. O pai pesa 1.600 vezes o peso do filhote e a mãe pesa 168 kg.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a porcentagem que o peso da mãe representa em relação ao do pai.

- (A) 25%
- (B) 27,5%
- (C) 30%
- (D) 32,5%
- (E) 35%

## QUESTÃO 9



Em uma seleção, 80 candidatos participaram de uma dinâmica em que pediram que cada um escolhesse exatamente dois animais para se descrever. Entre eles, 46 incluíram leão no par; 21 escolheram exatamente o par leão e águia; e 8 não escolheram nem leão nem águia.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número de candidatos que escolheram águia.

- (A) 41
- (B) 43
- (C) 45
- (D) 47
- (E) 49

## QUESTÃO 10



Assinale a opção que apresenta a negação da proposição “Nenhum marinheiro resiste ao canto da sereia”.

- (A) Algum marinheiro não resiste ao canto da sereia.
- (B) Algum marinheiro resiste ao canto da sereia.
- (C) Nenhum marinheiro não resiste ao canto da sereia.
- (D) Todos os marinheiros não resistem ao canto da sereia.
- (E) Todos os marinheiros resistem ao canto da sereia.

## QUESTÃO 11



Em um sofá de quatro lugares, quatro pessoas, entre elas Renato e Ricardo, sentam-se aleatoriamente, cada uma em um lugar.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a probabilidade de Renato e Ricardo ocuparem as duas pontas.

- (A)  $\frac{1}{24}$
- (B)  $\frac{1}{12}$
- (C)  $\frac{1}{10}$
- (D)  $\frac{1}{8}$
- (E)  $\frac{1}{6}$



## RASCUNHO

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

**QUESTÃO 12**

No Windows 11, os modos de suspensão e hibernação são recursos de economia de energia. Assinale a opção que apresenta a principal diferença entre os dois modos, considerando-se a forma como o sistema salva os dados da sessão.

- (A) A suspensão salva os dados na memória RAM e a hibernação no disco rígido.
- (B) A suspensão desliga o computador e a hibernação mantém a energia ligada.
- (C) A suspensão salva dados apenas do navegador, enquanto a hibernação salva o sistema inteiro.
- (D) Ambos os modos salvam dados no disco rígido, mas a hibernação é mais rápida.
- (E) A hibernação desliga completamente o computador, enquanto a suspensão mantém a rede ligada.

**QUESTÃO 13**

Em um documento extenso no Microsoft Word 365, um usuário deseja formatar todos os títulos de seção com a mesma fonte, cor e tamanho de forma consistente, além de criar um sumário automático.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o recurso que deve ser utilizado para garantir essa formatação e funcionalidade.

- (A) revisão de texto
- (B) pincel de formatação
- (C) estilos de título
- (D) opções de *layout*
- (E) tabela de conteúdo

**QUESTÃO 14**

Em uma rede de computadores, cada dispositivo possui um endereço exclusivo para se comunicar com outros dispositivos. Esse endereço pode ser de dois tipos principais: um endereço físico, atribuído pelo fabricante, e um endereço lógico, que pode ser alterado e é utilizado para roteamento na Internet.

Com base nessa informação hipotética, assinale a opção que relaciona corretamente esses dois tipos de endereço.

- (A) Endereço de IP (físico) e Endereço MAC (lógico)
- (B) Endereço MAC (físico) e Endereço de IP (lógico)
- (C) Endereço de IP (físico) e Endereço de Domínio (lógico)
- (D) Endereço MAC (lógico) e Endereço de IP (físico)
- (E) Endereço de roteador (físico) e endereço de IP (lógico)

**QUESTÃO 15**

Um usuário percebeu que a tela do seu computador estava abrindo diversos anúncios em janelas “*pop-ups*”, mesmo quando não estava navegando em *sites* suspeitos. Além disso, o navegador teve sua página inicial e seu mecanismo de busca alterados sem sua permissão.

Com base nessa situação hipotética e considerando os vírus, *worms* e outras pragas virtuais, assinale a opção que apresenta o tipo de *malware* que causa esse comportamento.

- (A) *ransomware*
- (B) *adware*
- (C) *keylogger*
- (D) *worm*
- (E) *rootkit*

**RASCUNHO**

## CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

## QUESTÃO 16



A Lei de Improbidade Administrativa foi instituída para regulamentar o art. 37, § 4º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), estabelecendo um padrão ético elevado para a Administração Pública brasileira. Em relação às condutas vedadas e às sanções aplicáveis no âmbito dessa norma, assinale a opção correta.

- (A) A perda da função pública é sanção obrigatória em todos os casos de condenação por ato de improbidade administrativa.
- (B) A multa civil pode alcançar até cinco vezes o valor do dano causado ao erário nos atos que importam enriquecimento ilícito do agente público.
- (C) Não há improbidade no ato de nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sem a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.
- (D) Constitui ato de improbidade que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão culposa que enseje perda patrimonial ao Poder Público.
- (E) Em relação aos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública, é suficiente a violação formal dos princípios administrativos.

## QUESTÃO 17



Um contador sujeito aos princípios e às regras públicas no exercício de sua profissão, foi chamado a apresentar um parecer contábil sobre tributos que incidem em contratação pública de serviços de reforma predial. Após análise dos órgãos de controle interno, constatou-se que o parecer foi emitido com erro grosseiro em relação ao cálculo de determinado tributo, o que acabou por causar prejuízos à Administração Pública.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) A eventual estimativa de prejuízo causado ao erário não poderá ser considerada isolada e exclusivamente como motivação para se concluir pela irregularidade do ato.
- (B) O erro, ainda que grosseiro, não enseja responsabilidade por opiniões técnicas.
- (C) No processo de responsabilização, o contador não tem direito a se fazer representar por advogado.
- (D) Apenas o dolo direto enseja a responsabilização por opiniões técnicas.
- (E) De decisão responsabilizando o contador, não cabe recurso administrativo à autoridade superior.

## QUESTÃO 18



Um cidadão enviou um *e-mail* para o atendimento de determinada autarquia pública federal, requerendo informações detalhadas a respeito de despesas com pessoal da repartição. Na resposta, o atendimento da repartição encaminhou uma planilha contendo apenas o total da despesa com pessoal da entidade referente ao exercício anterior. Inconformado, o cidadão registrou uma reclamação na ouvidoria do órgão requerendo informações detalhadas quanto à remuneração dos servidores.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O envio da despesa total de pessoal atende aos comandos da Lei de Acesso à Informação.
- (B) As informações sobre remuneração deveriam constar no *site* da repartição, mas não as referentes ao pagamento de ajudas de custo.
- (C) A publicação de informações a respeito da saúde dos servidores no *site* da repartição não viola a LGPD.
- (D) Negar publicidade a atos oficiais pode ser infração ética, mas não improbidade administrativa.
- (E) São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

## QUESTÃO 19



No cenário digital contemporâneo, os dados pessoais tornaram-se a nova moeda global. Enquanto as economias são impulsionadas e as relações de poder remodeladas, o cidadão é levado ao centro das discussões sobre privacidade, propriedade e monetização de informações.

Revista Carta Capital – Ed. 1379, 17/9/2025 p. 32.

Considerando que a monetização de informações gera quantias milionárias para as *big techs*, assinale a opção correta.

- (A) A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) oferece um mínimo de proteção, especialmente para dados sensíveis, como origem racial ou étnica.
- (B) No Brasil, não é seguida a LGPD, por esse motivo, há muitos crimes cibernéticos.
- (C) A monetização de informações não gera renda a ninguém na atualidade, e o que se busca é a reversão desse quadro.
- (D) As informações pessoais dos cidadãos é algo irrelevante para as grandes empresas de tecnologia.
- (E) Hoje, o País, há um projeto de lei que tenta implementar a LGPD.

**QUESTÃO 20**

“Sou uma pessoa pragmática, mas também otimista.”, é com esse espírito que a bióloga Izabella Teixeira – ministra do Meio Ambiente no governo Dilma Rousseff – aguarda a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30, que será realizada em Belém daqui a dois meses.

Revista Carta Capital – Ed. 1379, 17/09/2025 p. 28.

Com relação à problemática ambiental enfrentada no planeta, é correto afirmar que a

- (A) conferência será realizada em Belém, capital do estado do Pará, um local privilegiado pelos vastos investimentos públicos.
- (B) crise climática mundial é uma pauta pouco defendida pelos organismos internacionais, pois custa caro investir na área ambiental.
- (C) escolha da cidade de Belém tem um simbolismo estratégico para evidenciar a importância global da floresta e os desafios climáticos enfrentados por países em desenvolvimento.
- (D) importância das conferências sobre o clima passa por interesses multifacetados, em que a causa ambiental e sua relevância sempre são colocadas acima do poder econômico.
- (E) emissão de gases de efeito estufa será pauta na COP 30, bem como os direitos dos povos tradicionais e a cultura dos ribeirinhos do São Francisco.

**RASCUNHO**

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## QUESTÃO 21



O Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Sergipe (CORE-SE) lançará licitação para serviços de TI. Uma empresa preparou uma proposta e revisou o seu manual interno para compatibilizar a atuação da equipe às premissas que regem a Administração Pública, especialmente os princípios do art. 37, *caput*, da CF/88: legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade; e eficiência.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a diretriz compatível com esse parâmetro constitucional.

- (A) A eficiência autoriza atalhos procedimentais mesmo sem amparo legal, quando houver urgência do órgão contratante.
- (B) A publicidade pode ser afastada por conveniência administrativa, cabendo ao gestor decidir quais atos publicar.
- (C) A impessoalidade exige critérios objetivos e isonômicos na seleção e no julgamento das propostas, vedando favorecimentos e personalização de requisitos. A publicidade dos atos é a regra, salvo hipóteses legais de sigilo, e a eficiência deve ser buscada sem violar a legalidade.
- (D) A moralidade constitui valor corporativo relevante, mas não é princípio constitucional explícito aplicável à Administração Pública.
- (E) A legalidade vincula apenas órgãos do Poder Executivo, não alcançando autarquias como o CORE-SE nem funções administrativas exercidas por outros Poderes.

## QUESTÃO 22



No mesmo certame do CORE-SE, o edital afirmava que o processamento da licitação seguiria os princípios e as regras da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), com a divulgação dos atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção compatível com a lei, à luz do regime jurídico vigente.

- (A) A eficiência, prevista no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, não afasta a legalidade, e os princípios aplicam-se cumulativamente ao processo de contratação.
- (B) A divulgação no PNCP é um ato facultativo, reservado às licitações de grande vulto, a critério do gestor.
- (C) A licitação observa a vinculação ao edital e ao julgamento objetivo (Lei nº 14.133/2021, art. 5º), e a divulgação oficial de atos ocorre pelo PNCP (Lei nº 14.133/2021, art. 175), assegurando transparência e competitividade.
- (D) É lícito indicar marcas no edital para a padronização, sendo dispensada a justificativa técnica específica.
- (E) A impessoalidade deixou de se aplicar às contratações após a Lei nº 14.133/2021.

## QUESTÃO 23



Uma empresa avaliou uma potencial alienação de controle e revisou os impactos da Lei nº 10.303/2001 – “Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/1976 (Sociedades por Ações) e na Lei nº 6.385/1976 (mercado de valores mobiliários/CVM), e dá outras providências”.

Com base nessa situação hipotética e à luz das alterações promovidas pela Lei nº 10.303/2001, assinale a opção correta.

- (A) A Lei nº 10.303/200125141471 eliminou o *tag along* nas alienações de controle, tornando a OPA facultativa.
- (B) A Lei nº 10.303/2001 reduziu os poderes sancionadores e de fiscalização da CVM em ofertas públicas.
- (C) A Lei nº 10.303/2001 instituiu o *tag along* nas alienações de controle, assegurando aos acionistas ordinários ao menos 80% do valor pago por ação de controle e reforçando os poderes fiscalizatórios da CVM.
- (D) A Lei nº 10.303/2001 instituiu voto plural obrigatório em todas as companhias abertas.
- (E) A Lei nº 10.303/2001 proibiu a OPA por alienação de controle, limitando-se a ajustes privados entre as partes.

## QUESTÃO 24



Uma empresa, optante pelo Simples Nacional desde 01/01/X1, atua simultaneamente com comércio de peças e serviços de manutenção. A controladoria preparou uma matriz de recolhimentos para o DAS e precisava definir o que entraria no regime unificado e o que permaneceria fora/segregado, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, art. 13.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) O DAS abrange IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI (quando devido), ICMS, ISS e a CPP, exceto no Anexo IV, em que a CPP é recolhida fora do regime unificado. Devem ser segregadas as receitas e obrigações alcançadas pelas hipóteses do art. 13, §1º, como PIS/Cofins monofásicos, ICMS-ST e ISS retido na fonte.
- (B) A CPP patronal é sempre unificada no DAS, inclusive para atividades do Anexo IV, sendo vedado o recolhimento previdenciário patronal fora do regime.
- (C) IOF, IRRF e CSRF integram a base do DAS por força do art. 13, de modo que as retenções na fonte são mera antecipação compensável no PGDAS-D.
- (D) O ICMS devido por substituição tributária e o ISS retido na fonte são absorvidos pelo DAS, segundo o art. 13, §1º, dispensando-se qualquer recolhimento em separado.
- (E) Receitas sujeitas ao regime monofásico de PIS/Cofins devem ser excluídas integralmente do Simples, não compondo base de cálculo de nenhum tributo no DAS.

## QUESTÃO 25



O CORE-SE contratou uma empresa de vigilância patrimonial, uma Ltda., pessoa jurídica tributada pelo lucro presumido e não optante do Simples Nacional, para a prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança patrimonial, caracterizando cessão de mão de obra. Em março/X1, a empresa emitiu nota fiscal de R\$ 186.000, sem fornecimento de materiais ou equipamentos. A legislação municipal prevê retenção do ISS na fonte à alíquota de 5%. Considere-se que não se aplica desoneração da folha (CPRB) e que devem ser observadas as alíquotas legais padrão para retenções de PIS/Cofins/CSLL (CSRF), IRRF e INSS.

Com base nessa situação hipotética e na legislação aplicável às retenções de tributos federais, previdenciários e municipais incidentes acerca dos serviços de vigilância e cessão de mão de obra, assinale a opção que apresenta corretamente o valor líquido a ser pago ao prestador após todas as retenções cabíveis.

- (A) R\$ 144.801
- (B) R\$ 145.731
- (C) R\$ 151.140
- (D) R\$ 151.311
- (E) R\$ 166.551

## QUESTÃO 26



Uma drogaria, empresa Ltda., sediada em Aracaju/SE e tributada pelo lucro presumido, atua na revenda de medicamentos e cosméticos sujeitos ao regime monofásico de PIS/Cofins, conforme a Lei nº 10.147/2000. No mês X4, a empresa registrou vendas brutas de R\$ 650.000, descontos incondicionais de R\$ 13.000 e devoluções de vendas equivalentes a 1% do faturamento. Não houve receitas de serviços, frete cobrado de clientes nem mercadorias sujeitas a outro regime de incidência.

Com base nessa situação hipotética e nas Leis nº 10.147/2000, 10.637/2002 e 10.833/2003, assinale a opção que apresenta o valor devido de PIS/Cofins no mês.

- (A) R\$ 0,00, em razão do tratamento tributário previsto para o regime monofásico.
- (B) R\$ 10.403,25, conforme apuração pelo regime cumulativo.
- (C) R\$ 18.915,00, considerando alíquota média aplicada sobre o faturamento.
- (D) R\$ 23.013,25, em cálculo próprio do regime não cumulativo.
- (E) R\$ 58.321,25, pela aplicação conjunta das alíquotas de PIS e Cofins.

## QUESTÃO 27



Uma empresa com comércio de equipamentos, uma Ltda., Aracaju/SE, lucro real – não cumulativo de PIS/Cofins, adquiriu, em X1, 1.000 unidades de mercadorias para revenda a R\$ 100/un, com ICMS 18% e IPI 10% destacados na NF. Pagou-se frete de compra no valor de R\$ 5.000 e seguro no valor de R\$ 1.000 (sem ICMS próprio e sem créditos de IPI sobre esses serviços). Em X1, foram vendidas 600 unidades. No fechamento, o valor realizável líquido (VRL) das 400 unidades remanescentes foi estimado em R\$ 95/un. A companhia credita-se de ICMS na entrada, e não é contribuinte de IPI na saída (comércio varejista, sem direito a crédito de IPI). Considere-se, para fins de custo contábil (CPC 16): excluir impostos recuperáveis (por exemplo, ICMS, PIS/Cofins na sistemática não cumulativa) e incluir impostos não recuperáveis (por exemplo, IPI), além de frete e seguro de aquisição.

Com base nessa situação hipotética e conforme o CPC 16 (R1) – Estoques, a legislação societária e fiscal –, assinale a opção que apresenta corretamente, respectivamente, o custo unitário contábil, a perda por ajuste ao valor realizável líquido reconhecida no resultado e o tratamento fiscal (IRPJ/CSLL) no período.

- (A) Custo unitário de R\$ 92, sem perda no resultado, com dedutibilidade imediata
- (B) Custo unitário de R\$ 92, perda de R\$ 1.200 e despesa não dedutível, pois o ICMS é custo
- (C) Custo unitário de R\$ 98, perda de R\$ 1.200 e despesa não dedutível no período, conforme o regime do lucro real
- (D) Custo unitário de R\$ 98, perda de R\$ 1.200 e despesa dedutível no período
- (E) Custo unitário de R\$ 110, perda de R\$ 6.000 e despesa dedutível no período

## QUESTÃO 28



Uma empresa SA., contribuinte do ICMS, adquiriu mercadorias para revenda com a NF a seguir.

- Preço de tabela: R\$ 100.000.
- Desconto incondicional na NF: (-) R\$ 5.000.
- ICMS destacado (recuperável): R\$ 18.000.
- IPI destacado (não recuperável): R\$ 10.000.
- Frete por conta do comprador (na entrada): R\$ 3.000.

Conforme o CPC 16 (R1) – Estoques e a Lei nº 6.404/1976, art. 183, II –, assinale a opção que apresenta o custo de aquisição a ser reconhecido no estoque.

- (A) R\$ 86.000
- (B) R\$ 88.000
- (C) R\$ 90.000
- (D) R\$ 95.000
- (E) R\$ 108.000

**QUESTÃO 29**

A Secretaria de Planejamento de Sergipe elaborou nota para orientar respostas de política pública. Considere-se a classificação de Musgrave: função alocativa (corrige falhas de mercado – bens públicos, externalidades, monopólios naturais), função distributiva (equidade via tributos e transferências) e função estabilizadora (nível de atividade e preços por políticas fiscal e monetária).

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que a correspondência entre problema, função e instrumentos está correta.

- (A) Congestionamento e poluição urbana, estabilizadora, elevação da taxa básica de juros e contração fiscal.
- (B) Monopólio natural em saneamento, distributiva, subsídio tarifário amplo sem regulação econômica-setorial.
- (C) Iluminação pública (bem público puro), estabilizadora, operações de mercado aberto para ajustar liquidez.
- (D) Recessão com hiato negativo do produto, alocativa, concessões e outorgas de serviços públicos.
- (E) Desigualdade de renda persistente, distributiva, tributação progressiva, transferências focalizadas e desenho de benefícios condicionados.

**QUESTÃO 30**

A Secretaria de Planejamento de Sergipe preparou minuta de diretrizes para o próximo ciclo orçamentário. O documento deve alinhar os três instrumentos: PPA (diretrizes, objetivos e metas); LDO (metas e prioridades, metas fiscais e riscos); e LOA (estimativa da receita e fixação da despesa).

Com base nessa situação hipotética e à luz da CF/88 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

- (A) Os instrumentos devem ser compatíveis. A LDO orienta a LOA e fixa metas fiscais e riscos fiscais. A LOA estima receitas e fixa despesas, vedada matéria estranha.
- (B) A LOA pode alterar metas do PPA por ser lei anual de execução.
- (C) A LDO substitui a LOA, pois já fixa a programação detalhada de cada ação.
- (D) O PPA é apenas indicativo, dispensando compatibilidade com a LDO e a LOA.
- (E) A LOA pode criar fundos e cargos com base em autorização genérica constante de anexo.

**QUESTÃO 31**

O governo do estado de Sergipe avaliou alternativas para ampliar investimentos em saneamento e iluminação pública. No relatório preliminar, a equipe compara privatização (desestatização com alienação de controle societário) e parcerias público-privadas (PPPs).

Com base nessa situação hipotética e à luz da legislação aplicável, assinale a opção correta.

- (A) A PPP transfere o controle societário da estatal ao parceiro privado e, por isso, dispensa licitação.
- (B) A PPP pode ser firmada apenas para a execução de obra pública isolada ou para o simples fornecimento de equipamentos, sem prestação de serviços associados.
- (C) A PPP é espécie de concessão especial (patrocinada ou administrativa), não implica alienação de controle, exige licitação, tem prazo entre 5 e 35 anos e veda contratos abaixo de R\$ 10 milhões e objetos isolados (mão de obra, fornecimento de equipamentos ou execução de obra).
- (D) A privatização, por ser desinvestimento patrimonial, impõe ao Estado o pagamento de contraprestações periódicas ao adquirente, como ocorre nas PPPs.
- (E) Concessões comuns (Lei nº 8.987/1995) e PPPs têm a mesma lógica de remuneração: apenas tarifas do usuário, sendo vedada qualquer contraprestação pública.

**QUESTÃO 32**

A Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe contratou a aquisição de medicamentos (entrega única) durante o exercício X1. A execução orçamentária ocorreu da seguinte forma:

- 20/12/X1: empenho no valor de R\$ 800.000;
- 29/12/X1: liquidação da despesa (conferência e atesto, conforme o art. 63 da Lei nº 4.320/1964);
- 31/12/X1: despesa ainda não paga; e
- 15/01/X2: pagamento integral ao fornecedor.

Com base nessa situação hipotética e conforme a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP (edição vigente), assinale a opção que apresenta a classificação correta da despesa em 31/12/X1 e a providência cabível.

- (A) Despesa apenas empenhada. Devem-se inscrever restos a pagar não processados (RPNP).
- (B) Despesa liquidada. Devem-se inscrever restos a pagar processados (RPP), pois houve liquidação e ausência de pagamento até 31/12.
- (C) Despesa de exercícios anteriores (DEA), uma vez que o pagamento ocorreu no exercício seguinte.
- (D) Despesa a ser cancelada, em razão da falta de pagamento até o encerramento do exercício.
- (E) Receita a realizar, por representar obrigação futura do fornecedor.

**QUESTÃO 33**

Por lei publicada em 20/11/X1, o Poder Executivo do estado de Sergipe foi autorizado a abrir crédito especial de R\$ 12 milhões, em favor da unidade orçamentária SEFAZ/SE, para nova ação orçamentária. O crédito foi aberto por decreto e, até 31/12/X1, executaram-se R\$ 8 milhões, restando R\$ 4 milhões.

Com base nessa situação hipotética e considerando a vigência e a reabertura desse crédito no exercício seguinte (X2), assinale a opção correta.

- (A) Créditos especiais não podem ser reabertos em hipótese alguma.
- (B) Reabrem-se apenas créditos suplementares autorizados nos dois últimos meses.
- (C) Créditos especiais autorizados nos últimos quatro meses somente podem ser reabertos por nova lei específica, vedado o uso de decreto.
- (D) Por terem sido autorizados nos últimos quatro meses, os créditos especiais podem ser reabertos em X2, por decreto do Executivo, até o saldo de R\$ 4 milhões, incorporando-se ao orçamento de X2.
- (E) A reabertura depende de autorização prévia do tribunal de contas.

**QUESTÃO 34**

Ao encerrar o exercício de X1, a Contadoria-Geral do Estado elaborou as demonstrações exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e pelo MCASP (edição vigente): balanço orçamentário (BO), balanço financeiro (BF), balanço patrimonial (BP) e demonstração das variações patrimoniais (DVP), além dos relatórios fiscais da LRF (RREO e RGF).

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente a finalidade de cada demonstração contábil.

- (A) O balanço orçamentário mostra fluxos de caixa, o balanço financeiro compara receitas e despesas executadas, o balanço patrimonial evidencia metas fiscais e a demonstração das variações patrimoniais estima receitas futuras.
- (B) O balanço orçamentário demonstra a execução do orçamento, o balanço financeiro evidencia a movimentação de recursos financeiros, o balanço patrimonial apresenta a posição patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais mostra as alterações que modificam o patrimônio do ente.
- (C) O balanço orçamentário corresponde ao relatório resumido da execução orçamentária, o balanço financeiro é substituído pela demonstração dos fluxos de caixa, o balanço patrimonial apresenta apenas dívidas e a demonstração das variações patrimoniais é facultativa.
- (D) O balanço orçamentário e o balanço financeiro são facultativos, o balanço patrimonial substitui a demonstração das variações patrimoniais e o relatório de gestão fiscal demonstra fluxos de caixa.
- (E) A demonstração das variações patrimoniais evidencia apenas o superávit financeiro, o balanço orçamentário trata de riscos fiscais e o balanço financeiro apresenta metas de resultado primário.

**QUESTÃO 35**

Uma empresa encerrou 31/12/X1 com os seguintes saldos (R\$ mil), conforme CPC 26 (R1) – Apresentação.

- Ativo circulante: caixa 120; equivalentes de caixa 80; clientes 300; estoques 250; despesas antecipadas 20.
- Passivo circulante: fornecedores 260; empréstimos (CP) 180; salários a pagar 40.
- DRE (X1): receita líquida 2.000; despesa gerais e administrativas 120; lucro líquido 160.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta corretamente o resultado do cálculo da liquidez corrente e da margem líquida.

- (A) 1,44 e 8,0%
- (B) 1,56 e 8,0%
- (C) 1,60 e 6,5%
- (D) 1,60 e 7,5%
- (E) 1,60 e 8,0%

**QUESTÃO 36**

Uma empresa, sociedade não financeira, elaborou a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) do exercício X2 pelo método indireto, em conformidade com o CPC 03 (R2). Durante o exercício, a companhia contratou um arrendamento nos termos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, reconhecendo ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, sem desembolso de caixa no momento da contratação.

Com base nessa situação hipotética e de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, assinale a opção que apresenta a forma correta de evidenciação desse evento na DFC.

- (A) Deve ser apresentada como fluxo de investimento, por envolver ativo de uso.
- (B) Deve ser apresentada como fluxo de financiamento, por gerar obrigação futura de pagamento.
- (C) Integra as atividades operacionais, pois se relaciona ao funcionamento do negócio.
- (D) Não integra os fluxos de caixa do período, devendo ser divulgada em nota explicativa como transação sem efeito caixa.
- (E) Constitui ajuste de variação cambial sobre caixa e equivalentes, refletido fora das atividades principais.

## QUESTÃO 37



Uma empresa apresentou, em 31/12/X1, um patrimônio líquido (PL) total de R\$ 300.000. No exercício X2, ocorreram as seguintes movimentações no PL.

|   |             |
|---|-------------|
| Integralização de capital em dinheiro                       | R\$ 50.000. |
| Incorporação de reservas ao capital (capitalização interna) | R\$ 20.000. |
| Lucro líquido do exercício                                  | R\$ 90.000. |
| Destinação do lucro para reserva legal                      | R\$ 4.500.  |
| Destinação do lucro para reserva para contingências         | R\$ 15.000. |
| Dividendos propostos na AGO de X3, relativos a X2           | R\$ 36.000. |
| Aquisição de ações em tesouraria                            | R\$ 10.000. |
| Ajuste de avaliação patrimonial (variação positiva em OCI)  | R\$ 8.000.  |

Com base nessa situação hipotética, assinale o montante do patrimônio líquido da empresa em 31/12/X2.

- (A) R\$ 372.000
- (B) R\$ 386.000
- (C) R\$ 396.500
- (D) R\$ 402.000
- (E) R\$ 452.000

## QUESTÃO 38



Uma empresa Ltda., contribuinte do ICMS, vendeu, em 18/12/X1, 150 unidades do produto Z a R\$ 1.600 cada (R\$ 240.000). Na NF, constaram desconto incondicional de 5% e ICMS de 18% destacado. Não houve frete ou IPI. Em 27/12/X1, houve devolução de 20% das unidades, com estorno proporcional da receita, do ICMS e do custo. O CMV unitário era R\$ 980.

Com base nessa situação hipotética e à luz do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (exclusão de tributos cobrados em nome de terceiros) e do CPC 16 (R1) – Estoques (estorno de custo nas devoluções), assinale a opção que apresenta o resultado bruto após as transações.

- (A) R\$ 24.000
- (B) R\$ 30.000
- (C) R\$ 31.968
- (D) R\$ 38.400
- (E) R\$ 51.600

## QUESTÃO 39



Uma empresa Ltda., sediada em Aracaju/SE, atuava de forma contínua na intermediação de negócios mercantis por conta de terceiros, sem vínculo empregatício com os representados. Ao requerer registro junto ao CORE-SE, buscava confirmar o fundamento legal que determina a obrigatoriedade de inscrição da empresa no conselho profissional.

Com base nessa situação hipotética e à luz da Lei nº 6.839/1980, que disciplina o registro de empresas nos conselhos de fiscalização do exercício profissional, e da Lei nº 4.886/1965, que regulamenta a representação comercial autônoma, assinale a opção correta.

- (A) O registro é exigido apenas quando a empresa possui empregado com formação técnica específica relacionada à atividade exercida.
- (B) A obrigatoriedade de registro decorre automaticamente da classificação do CNAE como atividade de prestação de serviços.
- (C) O registro é restrito às pessoas físicas, sendo as pessoas jurídicas dispensadas dessa exigência.
- (D) O registro é obrigatório quando a atividade básica consiste na representação comercial, caracterizada pela mediação de negócios mercantis por conta de terceiros.
- (E) As atividades de agência e distribuição, previstas nos arts. 710 a 721 do Código Civil, não estão sujeitas ao registro nos conselhos regionais de representantes comerciais.

## QUESTÃO 40



Uma empresa S.A., com filial em Sergipe, prestava dois tipos de serviços: a intermediação habitual de pedidos junto a fabricantes, por conta e ordem dos representados, e a consultoria de *marketing*, sem intermediação de negócios mercantis. Durante fiscalização do CORE-SE, a empresa foi notificada a indicar um responsável técnico (RT).

Com base nessa situação hipotética e conforme as Resoluções CONFERE nº 1.063/2015 e nº 1.130/2019, bem como a Lei nº 4.886/1965, assinale a opção correta.

- (A) A consultoria de *marketing*, por si só, já exige registro no CORE e indicação de responsável técnico.
- (B) A nomeação de RT é obrigatória apenas quando houver exclusividade territorial no contrato de representação.
- (C) A intermediação mercantil por conta de terceiros sujeita a empresa ao registro no CORE e à indicação de RT com registro ativo e regular.
- (D) O responsável técnico pode ser qualquer empregado administrativo, mesmo sem registro profissional, desde que formalmente indicado.
- (E) A Lei nº 4.886/1965 aplica-se apenas às pessoas físicas, razão pela qual pessoas jurídicas não precisam de RT.

**PROVA DISCURSIVA**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Nos contratos de serviços regidos pela Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Administração Pública – como conselhos profissionais (ex.: CORE-SE) – frequentemente atua como responsável tributário, retendo IRRF, CSRF (PIS/Cofins/CSLL), INSS e ISS. Tais retenções afetam ambos os lados. Para a contratada, influenciam a mensuração e a apresentação da receita, segundo o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1) e a Estrutura Conceitual CPC 00 (R2). Para o contratante, repercutem no registro orçamentário-financeiro (empenho, liquidação e pagamento), conforme o MCASP (edição vigente).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

## **Retenções em NFS na contratação pública: reconhecimento da receita da contratada e registros do ente público**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) tributos retidos, responsáveis e bases legais;
- b) mensuração/apresentação da receita e lançamentos (privado); e
- c) estágios da despesa, passivos, restos a pagar e controles (público).